

DA EXECUÇÃO DOS PROCESSOS PROCESSO DE APOSENTADORIA

Documentos apresentados pelo segurado (original e cópia):

- RG (Carteira de Identidade)
- CPF
- Certidão de Nascimento (quando solteiro(a))
- Certidão de Casamento (quando casado(a), ou
- Declaração de União Estável, se for o caso
- Declaração de Percepção (ou não) de outros benefícios previdenciário(s)/assistencial(is) no nome do segurado
- Termo de Tutela ou de Curatela, se for o caso
- Comprovante de Residência (água, luz ou telefone, atualizado)
- Conta bancária
- Certidões de Tempo de Contribuição do INSS (RGPS) ou de qualquer ente da federação, contendo data de admissão, licenças (modalidade e período), férias e licenças-prêmio não gozadas, faltas e demais deduções ao tempo de serviço e/ou contribuição

DOCUMENTOS PARA APOSENTADORIA ESPECIAL:

Documentos dos Processo de Aposentadoria normal acrescidos dos listados a seguir:

- Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP);
- Declaração da Secretaria de Lotação, RH da Prefeitura ou Câmara informando todos os locais de trabalho ao longo da vida laboral;

Emitidos pelo IPSM:

- Requerimento de Aposentadoria Voluntária
- Declaração de não acúmulo de cargos
- Simulações do Benefício (gerar todas as possibilidades) e
- Termo de Opção – Regra de Aposentadoria para aposentadorias voluntárias
- Planilhas de Cálculo

- Parecer Jurídico
- Ato de Concessão de Aposentadoria
- Declaração de Percepção (ou não) de outros benefícios previdenciário(s)/assistencial (is)
- Ofício de Encaminhamento ao TCE/PR

Emitidos pelo Recursos Humanos da Prefeitura ou Câmara Municipal:

- Termo de Encaminhamento, no caso de Aposentadoria Compulsória.
- Certidão de Vida Funcional. (Ficha Funcional)
- Certidão de Tempo de Contribuição.
- Informações sobre a remuneração do servidor (Fichas Financeiras e último holerite de pagamento)
- Declaração quanto a processo administrativo disciplinar.
- Declaração comprovando a permanência do servidor no exercício da função de magistério, quando se tratar de professor de Educação Infantil, Ensino Médio e Fundamental, no caso de professor.
- Ato, decreto, portaria ou contrato comprovando o ingresso do servidor na Prefeitura ou Câmara.
- Processos de enquadramento.

Emitido pela Junta Médica Oficial:

- Laudo Médico Pericial para Aposentadoria por Invalidez, fundamentado, atestando a patologia e a incapacidade permanente, através do CID.
- Laudo Médico sobre o Requerimento de Isenção de Imposto de Renda e Laudo Médico Pericial para fins de Isenção de IRRF, no caso de Aposentadoria por Invalidez

PROCESSO DE PENSÕES POR MORTE

Referentes ao ex-servidor (original e cópia):

- Certidão de Óbito ou Sentença Judicial Declaratória de Morte Presumida ou de Ausência.
- RG (Carteira de Identidade).
- CPF.

- Ato de Nomeação.
- Termo de Posse.
- Certidão de Casamento, com, no máximo, dois anos de emissão, ou Declaração de União Estável, se for o caso.
- Processos de enquadramento.
- No caso de servidor inativo (aposentado), cópia da deliberação do Tribunal de Contas que concedeu registro do ato de inativação ou, inexistindo este, cópia do ato ou portaria de inativação e demais documentos que comprovem as vantagens e gratificações incorporadas aos proventos.

Do beneficiário requerente (original e cópia):

- RG (Carteira de Identidade).
- CPF;
- Certidão de Casamento, com, no máximo, dois anos de emissão, ou
- Declaração de União Estável*, se for o caso;
- Declaração de Percepção (ou não) de outros benefícios previdenciário(s)/assistencial(is) no nome dos dependentes, emitido pelo INSS;
- Certidão de Nascimento de todos os dependentes;
- No caso de dependente ex-cônjuge/ex-companheiro credor de alimentos, comprovação (contracheque ou outro) que recebia pensão de alimentos do ex-servidor;
- No caso de tutela, Alvará judicial ou de invalidez, demonstrada a dependência econômica;
- No caso de dependente menor inválido, laudo médico oficial, constatada antes da morte do ex-segurado e que se tornou inválido na condição de menor;
- No caso de dependente pai/mãe, declaração que este(s) vivia(m) sob a dependência econômica do ex-segurado;
- Comprovante de Residência (água, luz ou telefone, atualizado);
- Conta bancária.

Emitidos pelo IPSM:

- Requerimento de Pensão por Morte;
- Planilha de Cálculo com demonstrativo de rateio;

- Parecer Jurídico;
- Ato de Concessão de Pensão por Morte;
- Declaração de Percepção (ou não) de outros benefícios previdenciário(s)/assistencial(is) no nome dos dependentes;
- Índice do Processo;
- Ofício de encaminhamento ao TCE/PR

Emitidos pela Prefeitura ou Câmara Municipal:

- Certidão de Registro e Vida Funcional;
- Certidão de Tempo de Contribuição;
- Informações sobre a remuneração do servidor;
- Declaração quanto a processo administrativo disciplinar;
- Ato, decreto, portaria ou contrato comprovando o ingresso do ex-servidor na Prefeitura ou Câmara;
- Fichas Financeiras
- Último contracheque PARA COMPROVAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

Do beneficiário requerente

- Declaração Especial de união estável feita em Cartório
- Declaração de Imposto de Renda onde conste o nome o (a) companheiro (a) dependente;
- Escritura de compra e venda de imóvel pelo ex-servidor em nome do dependente;
- Conta bancária conjunta;
- Certidão de Casamento religioso;
- Certidão de Nascimento do filho havido em comum;
- Prova de encargos domésticos evidentes;
- Existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil;
- Procuração ou fiança reciprocamente outorgada.